

43. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018) Foram extraídas do balanço patrimonial e da demonstração de resultados as informações listadas no Quadro abaixo, em valores financeiros (\$). Essas informações não são suficientes para a apuração do saldo final de um demonstrativo de fluxo de caixa.

	\$
Recebimentos (clientes)	120.000
Recebimento (venda de ativo equipamento)	100.000
Redução no estoque	15.000
Depreciação	1.000
Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.500
Pagamento despesas operacionais	-4.000
Pagamentos - fornecedores	-14.000

Considerando-se, todavia, apenas a informação disponível e utilizando-se o método direto, será apurado, em reais, um fluxo de caixa no valor de

- (A) 99.500,00
- (B) 100.500,00
- (C) 101.500,00
- (D) 200.500,00
- (E) 216.500,00

Comentários:

CABE RECURSO!

Resposta da banca:

Vamos ver as operações que afetaram o caixa.

Fluxo operacional	
Recebimento de cliente	+ 120.000,00
Imposto de renda pago	- 1.500,00
Pagamento de despesas operacionais	- 4.000,00
Pagamento de fornecedores	- 14.000,00
Total	100.500,00

Todavia, não é por que estamos utilizando o método direto que os demais fluxos devem ser desconsiderados.

Para a apuração do fluxo de caixa, devemos considerar os fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Vamos ver as operações que afetaram o caixa.

Fluxo operacional	
Recebimento de cliente	+ 120.000,00

Imposto de renda pago	- 1.500,00
Pagamento de despesas operacionais	- 4.000,00
Pagamento de fornecedores	- 14.000,00
Fluxo de investimento	
Recebimento equipamento	+100.000,00
Total	200.500,00

Portanto, a resposta correta é a letra D e não a letra B como apontada pela referida banca.

Sugiro fundamentar com o CPC 03 e artigo 188 da Lei 6.404.

Gabarito: D.

44. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** A Lei no 6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas e posteriores alterações, normatiza que, quando há diminuição de valores de elementos dos ativos imobilizado e intangível, essa perda será periodicamente registrada, dentre outras, nas contas de amortização.

Uma amortização é a(o)

- (A) transformação de relativa parcela do capital de aquisição de um ativo imobilizado destinado ao uso em serviço em despesa.
- (B) redução de valor de elemento do ativo não circulante intangível reconhecida de forma periódica.
- (C) parcela de perda de um ativo intangível sem vida útil definida, reconhecida de forma periódica.
- (D) parcela correspondente à perda de valor do capital a ser deduzida de um ativo/passivo monetário sem substância física.
- (E) reconhecimento de uma despesa relacionada à liquidação de uma parcela de uma operação de financiamento adquirido.

Comentários:

A amortização é aplicável precipuamente a elementos do ativo intangível com vida útil definida.

Representa a redução de valor de elemento do ativo não circulante intangível reconhecida de forma periódica.

Gabarito → B.

45. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** O artigo 176 da Lei no 6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas e posteriores alterações, define um conjunto de demonstrações contábeis que devem ser publicadas pelas sociedades anônimas (S.A.). Paralelamente, o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) define um conjunto completo de demonstrações contábeis também aplicáveis às S.A.

No que se refere estritamente ao direcionamento dos termos legais e do pronunciamento citados, para uma sociedade anônima de capital aberto, a(s)

- (A) demonstração do resultado abrangente do período é obrigatória.
- (B) publicação da demonstração do valor adicionado não é obrigatória, mas pode ser ato voluntário ou exigência de agência reguladora.
- (C) publicação das demonstrações citadas na Lei é obrigatória, e a publicação das demonstrações citadas no pronunciamento é voluntária.
- (D) publicações da demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e do balanço social são obrigatórias.
- (E) publicações das demonstrações do valor adicionado, do resultado abrangente do período e a das origens e aplicações de recursos são obrigatórias.

Comentários:

A letra a é o nosso gabarito! A demonstração de resultado abrangente é obrigatória segundo o CPC 26.

A letra b está incorreta. A DVA é sim obrigatória.

A letra c está incorreta. Lei 6.404 e CPC 26 são complementares e ambos são obrigatórios.

A letra d está incorreta. O balanço social não é obrigatório.

A letra e está incorreta. A DOAR deixou de ser obrigatória com as modificações contábeis.

Gabarito → A.

46. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** A Lei no 6.404/1976, Lei das Sociedades Anônimas e posteriores alterações, define regras de elaboração e publicação para companhias abertas que tiverem investimentos em sociedades controladas. As investidoras deverão elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas.

Conforme o dispositivo legal, deverá publicar demonstrações financeiras consolidadas, a companhia aberta que tiver mais de

- (A) 30% do valor do patrimônio líquido da controlada.

(B) 30% do valor do seu patrimônio líquido, representado por investimentos em sociedades controladas.

(C) 30% do valor do patrimônio líquido da controlada e mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido, representado por investimentos em sociedades controladas.

(D) 50% do valor do seu patrimônio líquido, representado por investimentos em sociedades controladas.

(E) 50% do valor do patrimônio líquido da controlada e mais de 50% do valor do seu patrimônio líquido, representado por investimentos em sociedades controladas.

Comentários:

CABE RECURSO!

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 249. A companhia aberta que tiver mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas nos termos do artigo 250.

Todavia, o referido item encontra-se em descompasso com a norma que rege hoje as demonstrações consolidadas, que é o CPC 36, item 4:

4. A entidade que seja controladora deve apresentar demonstrações consolidadas (...)

Segundo o CPC 36, a controladora deve obrigatoriamente apresentar demonstrações consolidadas.

A própria Lei 6.404 traz disposição expressa neste sentido:

Art. 249. A companhia aberta que tiver mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas nos termos do artigo 250.

Parágrafo único. A Comissão de Valores Mobiliários poderá expedir normas sobre as sociedades cujas demonstrações devam ser abrangidas na consolidação, e:

- a) determinar a inclusão de sociedades que, embora não controladas, sejam financeira ou administrativamente dependentes da companhia;
- b) autorizar, em casos especiais, a exclusão de uma ou mais sociedades controladas.

Portanto, em que pese a literalidade da questão, acreditamos que ela esteja em desacordo com o CPC 36, cabendo, portanto, recurso para a anulação.

Gabarito: B.

47. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** Suponha a existência de três companhias: X, Y e Z. Após a realização de algumas operações de negócios, constatou-se que a companhia.

(A) X experimentou um aumento do capital advindo dos acionistas de Y, em uma operação de cisão, em que as companhias X e Y foram cindidas.

(B) X experimentou um aumento do capital advindo dos acionistas de Y, que foi extinta, em uma operação de incorporação, em que a companhia X incorporou a Y.

(C) Z teve parte de seu patrimônio transferido para a companhia X, tendo como resultado dessa transação a sua extinção, numa operação de incorporação.

(D) X e a Y se uniram e, como resultado, criou-se a companhia Z, numa operação de incorporação em que as companhias X e Y se incorporaram, gerando a companhia Z.

(E) X e Y se uniram e, como resultado, criou-se a Z, sendo que X e Y não foram extintas, numa operação de fusão em que a companhia Z fundiu as X e Y.

Comentários:

(A) X experimentou um aumento do capital advindo dos acionistas de Y, em uma operação de cisão, em que as companhias X e Y foram cindidas.

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

Nesta hipótese, houve cisão parcial, logo, não haverá aumento de capital.

(B) X experimentou um aumento do capital advindo dos acionistas de Y, que foi extinta, em uma operação de incorporação, em que a companhia X incorporou a Y.

A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações (artigo 227, Lei 6.404/76). Na incorporação a sociedade incorporada deixa de existir, mas a empresa incorporadora continuará com sua personalidade jurídica.

Gabarito!

(C) Z teve parte de seu patrimônio transferido para a companhia X, tendo como resultado dessa transação a sua extinção, numa operação de incorporação.

Na incorporação, a incorporada deixa de existir.

(D) X e a Y se uniram e, como resultado, criou-se a companhia Z, numa operação de incorporação em que as companhias X e Y se incorporaram, gerando a companhia Z.

A operação em tela foi a fusão.

Art. 228. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

(E) X e Y se uniram e, como resultado, criou-se a Z, sendo que X e Y não foram extintas, numa operação de fusão em que a companhia Z fundiu as X e Y.

Na fusão, há criação de uma terceira companhia, deixando as outras de existir.

Gabarito → B.

48. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** Com o objetivo de desenvolver análise econômico-financeira de uma entidade, foram apurados das demonstrações financeiras três indicadores, listados e calculados na forma abaixo:

Indicador 1: Disponível ÷ passivo circulante

Indicador 2: Exigível total ÷ ativo total

Indicador 3: Lucro Líquido ÷ vendas líquidas

Esses indicadores são, respectivamente, de

- (A) liquidez corrente, alavancagem e margem líquida
- (B) liquidez corrente, margem líquida e margem operacional
- (C) liquidez imediata, dependência financeira e margem líquida
- (D) dependência financeira, liquidez corrente, e liquidez imediata
- (E) liquidez imediata, alavancagem e liquidez corrente

Comentários:

Os índices citados são:

(C) liquidez imediata, dependência financeira e margem líquida

Liquidez imediata:

Liquidez imediata/Liquidez instantânea	
LI:	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo circulante}}$

Endividamento total ou dependência financeira:

Endividamento total ou Debt ratio	
ET	$\frac{\text{Exigível total}}{\text{Ativo total}}$

Margem líquida

Margem líquida

ML $\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$

Gabarito: C.

Uma sociedade empresarial que atua na compra e venda de produtos eletrônicos, com ciclo operacional igual ao exercício social, apresentou a seguinte relação parcial de contas e de seus respectivos saldos, retirados do Livro Razão, em 31 de dezembro de 2017, antes do levantamento do balanço patrimonial, em reais, do exercício findo naquela data.

Ações em tesouraria	500.000,00	Duplicatas a pagar	960.000,00
Adiantamento de férias	200.000,00	Empréstimos a diretores	130.000,00
Adiantamento de clientes	120.000,00	Empréstimos a empregados	80.000,00
Amortização acumulada	30.000,00	Impostos a recuperar (2 anos)	30.000,00
Duplicatas a Receber	1.800.000,00	Marcas e Patentes	150.000,00
Depreciação acumulada	180.000,00	Salários a Pagar	250.000,00
Dividendos a pagar	600.000,00	Veículos de uso	420.000,00

49. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018) Considerando-se exclusivamente as contas e os saldos, parcialmente informados pela empresa, bem como as determinações da lei societária, o total do ativo não circulante dessa sociedade empresarial, a ser evidenciado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017, em reais, é de

- (A) 360.000,00
- (B) 390.000,00
- (C) 400.000,00
- (D) 520.000,00
- (E) 860.000,00

Comentários:**Ativo Não Circulante**

Amortização acumulada	-R\$ 30.000,00
Depreciação acumulada	-R\$ 180.000,00
Empréstimos a diretores	R\$ 130.000,00
Impostos a recuperar	R\$ 30.000,00
Marcas e patentes	R\$ 150.000,00
Veículos	R\$ 420.000,00
	R\$ 520.000,00

Gabarito → D.

50. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** Considerando-se as determinações da Lei Societária, o valor do passivo circulante dessa sociedade empresária, a ser evidenciado no balanço de 31 de dezembro 2017, somente em decorrência das contas e dos saldos parciais informados, em reais, é de

- (A) 1.330.000,00
- (B) 1.740.000,00
- (C) 1.930.000,00
- (D) 2.130.000,00
- (E) 2.310.000,00

Comentários:

CABE RECURSO!

Cálculo correto:

Adiantamento de clientes	R\$	120.000,00
Dividendos a pagar	R\$	600.000,00
Duplicatas a pagar	R\$	960.000,00
Salários a pagar	R\$	250.000,00
	R\$	1.930.000,00

Todavia, o cálculo da banca foi o seguinte:

Adiantamento de clientes	R\$	120.000,00
Dividendos a pagar	R\$	600.000,00
Duplicatas a pagar	R\$	960.000,00
Salários a pagar	R\$	250.000,00
Adiantamento de férias	R\$	200.000,00
	R\$	2.130.000,00

O que dá gabarito letra d. Ocorre que o adiantamento de férias não é conta do passivo. Quando você adianta o valor a um empregado, ainda não ocorreu o período de competência, portanto, há um direito para a empresa.

A banca, portanto, se equivocou.

O gabarito deve mudar da letra D para a letra C.

Gabarito Oficial: D.

Solicitamos alteração para: C.

51. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** De acordo com a Lei das sociedades por ações, os saldos das reservas de lucros, constituídas com a destinação de parte dos lucros dos exercícios, têm um limite máximo. Attingido esse limite, a

assembleia da companhia deliberará sobre a aplicação do excesso que for apurado na integralização de capital, no aumento de capital ou na sua distribuição na forma de dividendos.

Nesse contexto, feitos os registros contábeis da distribuição do lucro, em reais, o contador apurou a seguinte composição do patrimônio líquido:

Capital social 2.000.000,00
Reserva legal 390.000,00
Reserva para contingências 330.000,00
Reserva de Retenção de Lucros 1.750.000,00
Reserva Estatutária 300.000,00
Reserva de Lucros a Realizar 600.000,00

Considerando-se apenas informações recebidas e as determinações da Lei das sociedades por ações sobre o limite máximo permitido, para o montante de lucros retidos nas contas das reservas de lucros, o valor que excede esse limite, em reais, é de

- (A) 0 (zero)
- (B) 380.000,00
- (C) 440.000,00
- (D) 650.000,00
- (E) 770.000,00

Comentários:

Aqui, temos de saber o seguinte:

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Portanto, entra para o limite:

Reserva legal	R\$ 390.000,00
Retenção de lucro	R\$ 1.750.000,00
Estatutária	R\$ 300.000,00
	R\$ 2.440.000,00

Excesso: $2.440.000 - 2.000.000 = 440.000,00$.

Gabarito → C.

52. (CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018) O entendimento da importância da elaboração das demonstrações contábeis em IFRS passa pelo pronunciamento da

estrutura conceitual para a elaboração das demonstrações contábeis, conhecido na prática por CPC 00, correspondente ao framework, do IFRS. Nesse entendimento são reportadas, dentre os aspectos técnico-conceituais, características qualitativas das demonstrações contábeis.

Nesse contexto das características qualitativas das demonstrações contábeis e de acordo com o IFRS 8, uma informação da empresa sobre seus segmentos operacionais, que permita a potenciais usuários identificar quais são suas áreas de atuação e negócios, é um exemplo prático da característica qualitativa da

- (A) relevância
- (B) materialidade
- (C) verificabilidade
- (D) comparabilidade
- (E) compreensibilidade

Comentários:

Uma informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários.

Assim, quando vou tomar a decisão de investir ou não em um negócio, interessa-me saber qual o ramo de negócio em que ela atua.

Gabarito → A.

54. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** A companhia V, que adquiriu uma participação acionária no capital votante da companhia G, apresentou as seguintes informações referentes a esse investimento, em reais:

2015: aquisição inicial da participação na companhia G

Aquisição de 8% do capital votante da companhia G	135.000,00
Dados da investida: companhia G	
Patrimônio líquido na data da operação	1.687.500
Lucro em 2015	37.500,00
Dividendos em 2015	15.000,00

2016: aumento da participação na companhia G

Aquisição: mais 52% do capital votante da companhia G	889.200,00
Lucro em 2016	67.500,00
Dividendos 2016	52.500,00

Considerando-se as informações apresentadas pela companhia V sobre seu investimento na companhia G; considerando-se que o investimento avaliado pelo método de custo em 2015 passou a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial em 2016 e considerando-se, ainda, que a participação no capital votante

da companhia G passou de 8% para 60%, verifica-se que o valor do ajuste do investimento a ser contabilizado no patrimônio líquido da companhia V, em 2016, em reais, é de

- (A) 1.800,00
- (B) 7.800,00
- (C) 9.000,00
- (D) 10.800,00
- (E) 15.000,00

Comentários:

A empresa tinha 8%, no valor de R\$ 135.000,00, avaliado ao custo.

O patrimônio líquido final da investida em 2015 era R\$ 1.687.500 + 37.500 – 15.000 = 1.710.000,00.

O investimento foi alterado, posteriormente, para o método da equivalência patrimonial, comprando-se mais 52%.

$R\$ 1.710.000,00 \times 52\% = R\$ 889.200,00$.

Mas ela ficou com 60%:

$R\$ 1.710.000,00 \times 60\% = R\$ 1.026.000,00$

Mas a soma dos investimentos é a seguinte: R\$ 135.000,00 + 889.200,00 = R\$ 1.024.200,00.

Vejam que a diferença entre a soma dos investimentos e o novo valor avaliado pelo MEP é de R\$ 1.800,00, diferença esta que deve ser ajustada no patrimônio líquido.

Gabarito: A.

55. **(CESGRANRIO/Auditor Júnior/Petrobras/2018)** A indústria sujeita à incidência do IPI e do ICMS, que produz lingotes de ferro, apresentou as seguintes informações, em reais, sobre a compra de matéria-prima, num determinado mês:

Custo da matéria-prima semi-industrializada	500.000,00
IPI incidente sobre o custo dessa matéria-prima	50.000,00
Abatimentos recebidos sobre essa matéria-prima	20.000,00
ICMS incidente sobre a compra dessa matéria-prima	85.000,00

Considerando-se os aspectos técnico-conceituais para o registro das compras de matéria-prima no estoque, o seu valor, em reais, é de:

(A) 345.000,00 (B) 365.000,00 (C) 395.000,00 (D) 445.000,00 (E) 465.000,00

Comentários:

Como estamos em uma indústria, IPI e ICMS são recuperáveis.

O IPI é tributo por fora, portanto, não está incluso nos R\$ 500.000,00. O ICMS é por dentro e deve ser retirado.

O custo do estoque será composto da seguinte forma: $500 - 20 - 85 = 395.000,00$.

Gabarito: C.